



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

Juan Carlos Costa de Arruda Pereira Gonçalves

Renúncias e Impeachments na América Latina

Estudo dos casos de 1990 a 2016

Brasília 2017

Juan Carlos Costa de Arruda Pereira Gonçalves

Renúncias e Impeachments na América Latina

Estudo dos casos de 1990 a 2016

Monografia de conclusão de curso de graduação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Professor Doutor André Borges de Carvalho.

Brasília 2017

COSTA DE ARRUDA PEREIRA GONÇALVES, Juan Carlos.

RENÚNCIAS E IMPEACHMENTS NA AMÉRICA LATINA: Estudo dos casos de 1990 a 2016

Brasília, 2017.

Monografia de Graduação. Instituto de Ciência Política.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Impeachment. 2. Renúncia. 3. Presidencialismo. 4. América Latina 5. Governos de Coalizão

Juan Carlos Costa de Arruda Pereira Gonçalves

Renúncias e Impeachments na América Latina

Estudo dos casos de 1990 a 2016

Monografia de conclusão de curso de graduação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor André Borges de Carvalho – Orientador
Instituto de Ciência Política – Universidade de Brasília

Examinador (a)
Instituto de Ciência Política – Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Este trabalho finda um período sonhado por uma criança que tinha 7 anos quando decidiu que iria se tornar Cientista Político. Não foi um caminho fácil nessas indas e vindas entre Rio de Janeiro e Brasília, mas foi um período único e fecundo para minha história.

Nessa caminhada para atingir meus sonhos, agradeço primeiramente a eles que são a razão do meu viver, sempre me apoiando e fazendo todo o possível para me proporcionar uma educação de qualidade para que eu pudesse ter um futuro e chegar aonde estou hoje. Meus pais, agradeço todos os dias pelas maravilhosas pessoas que vocês são, pela paciência que vocês tiveram todos esses anos e todo o suporte e apoio que vocês me proporcionaram. Em especial à minha mãe, Elis Arruda Caldas Martins, que sempre esteve ao meu lado e sempre me ensinou a ser uma pessoa melhor; e ao meu pai, Antonio Pereira Gonçalves Filho, que sempre me aconselhou e ajudou nos momentos difíceis e que sempre fez o possível por mim.

Seria impossível iniciar um agradecimento sem citar aquela que sempre esteve ao meu lado, me ouvindo todas as noites desde minha infância, elogiando o que era certo, criticando o que estava errado. Aquela que muito mais do que qualquer grau de parentesco se tornou a melhor amiga que o destino poderia me proporcionar: Jane, esta vitória é nossa!

Ao longo de toda a jornada foram muitos os que me incentivaram a ir em frente, que mesmo distantes se fizeram presentes durante essa trajetória, e por isso agradeço à: Vera Costa, que desde criança acompanhou este sonho, e a Ubirajara Sanz de Oliveira; Mario Caldas Martins; Eduardo e Flavia Arruda; André Luiz Gonçalves; Auxiliadora Arruda; Josenilda Borges; Manoel Costa; Amábil Pácios; Fernanda Serafim; À família Caldas.

À Universidade de Brasília, agradeço por todo o conhecimento e pelas experiências vividas. Agradeço também a todos os professores com quem já tive a oportunidade e o prazer de ter aula, em especial ao meu orientador, professor André Borges de Carvalho.

Walter e Mayra, pequena fração do futuro desta nação, dedico este trabalho a vocês para que nunca se esqueçam de que o sonho sempre vem pra quem sonhar.

Dedico ainda este trabalho à Maria da Conceição Fraga (*In Memoriam*). Dinha, obrigado por incentivar aquela criança a sonhar alto. Este é o primeiro degrau da jornada, e você fez e faz parte de tudo isso!

“Algo deve mudar para que tudo continue como está”

Tomasi di Lampedusa

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a instabilidade presidencial na América Latina a partir de 1990 até 2016, onde 16 presidentes dos países da região deixaram o cargo através de renúncia ou pelo processo de impeachment. Este fenômeno será explicado buscando elementos em comum a partir da análise da origem da crise que culminou com estes desfechos, podendo ser a impopularidade do governo, falta de coalizão, crise econômica, casos de corrupção, protestos da população, golpe legislativo entre outros. Será apresentado também as conseqüências desta crise para o sistema presidencialista e para as democracias latino-americanas.

Palavras-chave: Impeachment. Renúncia. Presidencialismo. América Latina. Governos de Coalizão.

ABSTRACT

The present paper proposes a reflection on the presidential instability in Latin America from 1990 to 2016, where 16 presidents of the countries of the region left the position through resignation or through impeachment. This phenomenon will be explained by looking for common elements from the analysis of the origin of the crisis that culminated in these outcomes, which may be government unpopularity, lack of coalition, economic crisis, corruption cases, population protests, legislative blows among others. It will also present the consequences of this crisis for the presidential system and Latin American democracies.

Keywords: Impeachment. Renounce. Presidentialism. Latin America. Coalition Governments.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Histórico da América Latina	11
3. Tipologias de Interrupções de Governos	12
4. Crise do Presidencialismo na América Latina a Partir da Década de 1990.....	14
5. Possíveis Causas das Interrupções dos Governos	19
6. Conclusões	23
7. Referências Bibliográficas	29

1. Introdução

A palavra impeachment origina-se do latim *impedicare*, tendo como significado “capturar ou caçar”. Este instrumento foi utilizado pela primeira vez pelo parlamento da Inglaterra na segunda metade do século XIV. Ao longo do tempo, o impeachment britânico veio a cair em desuso e foi posteriormente substituído por outros instrumentos jurídicos. Tal transformação se deu principalmente porque as agitações políticas causadas por esse tipo de processo geravam um enorme desgaste.

Esta palavra, junto ao termo “renúncia” fez e faz parte do cotidiano dos países latino-americanos nos últimos 25 anos. Neste período 16 presidentes vivenciaram este fenômeno: Jean Bertrand Aristide (Haiti, 1991), Fernando Collor de Mello (Brasil, 1992), Jorge Serrano (Guatemala, 1993), Carlos Andrés Pérez (Venezuela, 1993), Joaquín Balaguer (República Dominicana, 1996), Abdalá Bucaram Ortiz (Equador, 1997), Raúl Cubas Grau (Paraguai, 1999), Jamil Mahuad (Equador, 2000), Alberto Fujimori (Peru, 2000), Fernando de La Rúa (Argentina, 2001), Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolívia, 2003), Lucio Gutiérrez (Equador, 2005), Manuel Zelaya (Honduras, 2009), Fernando Lugo (Paraguai, 2012), Otto Pérez Molina (Guatemala, 2015) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016).

Nenhuma outra região do Mundo no período entre 1990 e 2016 sob a égide do sistema presidencialista vivenciou tanto o fenômeno do impeachment ou da renúncia do que a América Latina, então como explicar as motivações da ocorrência destes fenômenos? O que eles possuem em comum? Quais as consequências deles para o futuro do sistema presidencialista? Essas crises estão, freqüentemente, associadas às crises sistêmicas (ética, social, econômica, política e institucional).

A literatura acadêmica sobre o impeachment e outras formas de interrupção de mandatos presidenciais tem tido crescimento considerável nos últimos anos. Houve contribuições relevantes tanto de reconstituições de eventos históricos particulares como de estudos que buscam explicar sua recorrência. O presente trabalho fará um breve exame crítico dessa literatura e, em seguida, buscará mostrar o valor explicativo de análises que incidem sobre a dinâmica da própria crise política, com o objetivo de analisar os casos comparativamente e assim sanar as lacunas das motivações que geraram a esta crise no presidencialismo latino-americano.

2. Histórico da América Latina

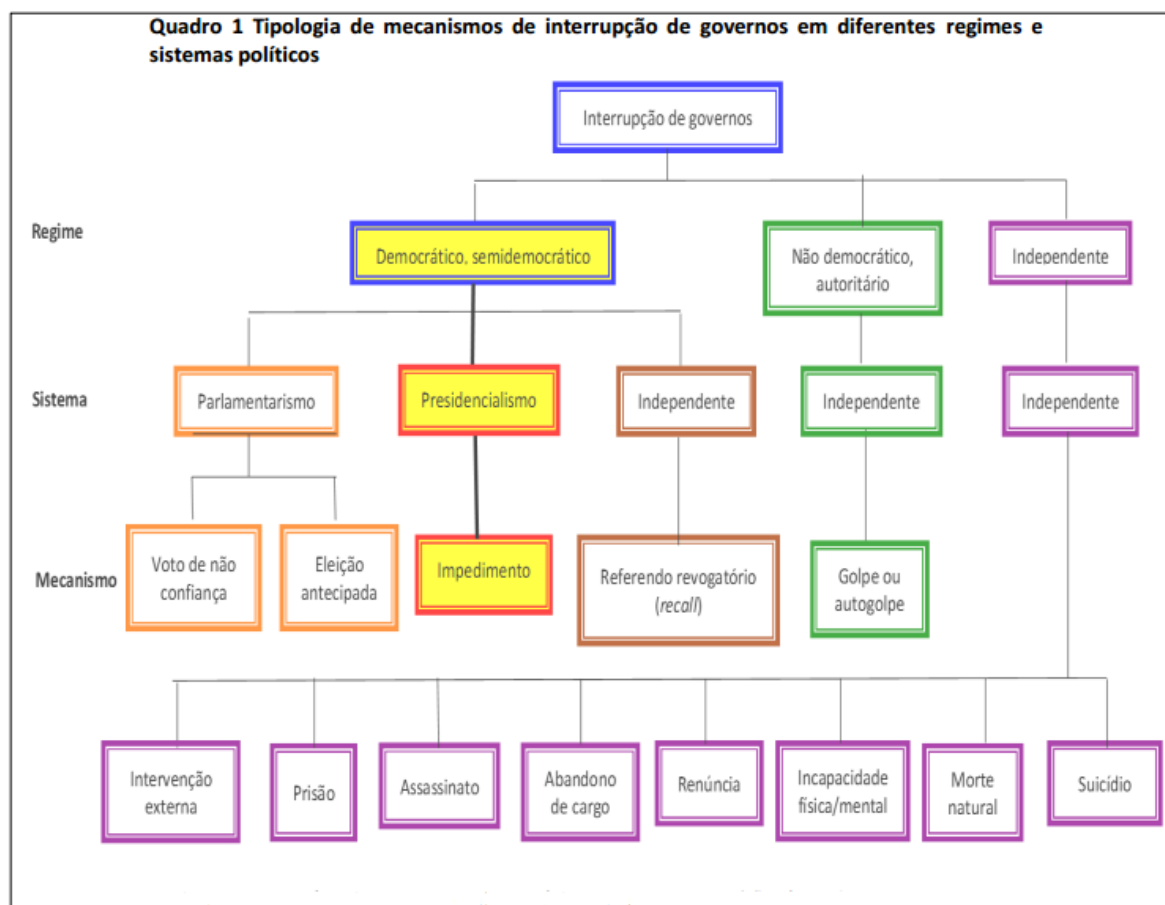
Para compreendermos os fenômenos atuais de renúncia ou impeachment nos países latino-americanos entre 1990 e 2016, se faz necessário voltar algumas décadas antes deste período. A involução da democracia na América Latina entre meados das décadas de 1950 e 1970 foi conseqüência, em grande medida, das tensões e conflitos políticos associados à Guerra Fria. Entre 1950 e 1977, 73% das crises presidenciais na América Latina resultaram em ruptura de regime com presidente destituído, Congresso fechado e golpe (Gonçalves, Reinaldo, 2016, p. 5). A partir do final dos anos 1970 há um processo de redemocratização na região, e no período entre 1978 e 2004, somente 13% das crises causaram ruptura de regime (Pérez-Liñán, 2007, p. 62).

Após a difusão de regimes autoritários pela América Latina, a democracia foi restaurada por todo o subcontinente. Na década de 1980, diversos estudiosos apontavam os perigos do presidencialismo para a região, afirmando que qualquer disputa entre o presidente e o Legislativo evoluiria rapidamente para crises institucionais e, eventualmente, para golpes de Estado. Seria, portanto, uma repetição das décadas de 1950 a 1970, o que comprometeria a sobrevivência das jovens democracias. Golpes de Estado e tentativas de golpe não deixaram de ocorrer nos países latino-americanos, mas isso tem se tornado mais raro. Crises entre o Congresso e o Executivo passaram a ser resolvidas pelos meios institucionais, sem rupturas autoritárias. Como exemplo disto, houve destituição de 12 presidentes no conjunto de 64 presidentes eleitos na América do Sul no período 1978-2005 (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 3). Assim, “crises políticas sem rupturas de regime são ocorrências comuns na política latino-americana – e o impedimento presidencial é a principal expressão dessa tendência.” (Pérez-Liñán, 2007, p. 203).

A ocorrência de seguidas crises políticas e econômicas, das quedas do Executivo, das diferentes respostas do sistema político e da atuação da sociedade civil organizada através dos movimentos sociais nos leva a necessidade de um aprofundamento teórico sobre os graus de liberdade de ação dos mandatários dos países em questão. Se no passado recente a instabilidade política e presidencial da região ocorria através de golpes militares, hoje ela transcorre segundo a dinâmica do jogo democrático, com ampla participação das massas e das instituições representativas.

3. Tipologias de Interrupções de Governos

As discontinuidades de mandatos presidenciais podem ser identificadas em uma ampla tipologia de mecanismos de interrupção de governos em diferentes regimes e sistemas políticos (Quadro 1).



Fonte: (Gonçalves, Reinaldo, 2016, p. 7)

Inicialmente se faz necessário realizar a distinção entre regimes não democráticos (autoritários) e regimes democráticos ou semidemocráticos. No primeiro, os mecanismos são os autogolpes (Alberto Fujimori, Peru, abril 1992) e os golpes (militares por exemplo). No segundo caso, há distinção entre sistemas políticos: parlamentarismo e presidencialismo. No primeiro, há dois mecanismos básicos: voto de não confiança e eleição antecipada. No caso do presidencialismo o mecanismo constitucional é o impedimento. Na prática, os procedimentos de interrupção de mandatos no presidencialismo (com destaque para o impedimento) não diferem significativamente dos procedimentos adotados no parlamentarismo (voto de não confiança e eleição antecipada) (Hochstetler e Samuels, 2009, p. 12).

Também há mecanismos de interrupção de presidências que independem tanto do regime como do sistema político. Há inúmeros exemplos na história política das Américas: intervenção externa (Manuel Noriega, Panamá, janeiro 1990); prisão (Otto Pérez Molina, Guatemala, setembro 2015); assassinato (John F. Kennedy, Estados Unidos, novembro 1963); abandono de cargo (Lucio Gutiérrez, Equador, abril 2005); renúncia (Fernando de La Rúa, Argentina, dezembro 2001); incapacidade física ou mental (Abdalá Bucaram, Equador, fevereiro 1997); morte natural (Hugo Chávez, Venezuela, março 2013); e suicídio (Antonio Guzman Fernandez, República Dominicana, julho 1982). Cabe notar que, frequentemente, os casos de morte natural e suicídio ocorrem quando o presidente sofre forte pressão em situações de crise política.

4. Crise do Presidencialismo na América Latina a Partir da Década de 1990

Dois são os principais motivos para a escolha do ano de 1990 como o ponto de partida para a pesquisa: o evento paradigmático da queda do muro de Berlim um ano antes, associado à criação do chamado Consenso de Washington em 1988, além de razões de ordem prática, por representar o ano do começo de um novo ciclo de presidentes eleitos democraticamente na região.

O enfoque do presente trabalho se dará em interrupções de governos em democracias sob o sistema presidencialista, já que o dilema central de finais prematuros para mandatos executivos só é possível no presidencialismo. Este sistema possui como definição clássica baseada em Sartori: "Um regime é presidencial é se, e apenas se, o Chefe de Estado: 1) resulta de eleição popular; 2) durante o seu mandato preestabelecido, ele ou ela não pode ser afastado pelo voto parlamentar; e 3) lidera ou de outra maneira dirige os governos que ele ou ela nomeia" (Sartori, 1994, p. 84). Linz destaca duas características que são, desta forma, comuns a todos os sistemas presidenciais, ou seja, que um presidente eleito por via direta goza de legitimidade democrática individual e é eleito para um mandato rigorosamente fixado (Linz, 1994, p. 6).

Em oposição a definição de Linz, a urgência da exigência do afastamento prematuro dos presidentes latino-americanos do cargo sugere que as eleições diretas na América Latina não dão de forma consistente aos presidentes uma legitimidade que dure o tempo devido e fixado. Levando em consideração apenas os presidentes que foram escolhidos pelo voto popular e que, assim, em determinada época, possuíam evidências da legitimidade individual de sua base eleitoral para serem chefes de Estado e de governo, de 40 presidentes que se enquadrem nestas características cujos mandatos terminaram por volta de 2003, 16 deles (40%) enfrentaram contestações à sua permanência no cargo e 9 (23%) com seus mandatos "fixos" terminados prematuramente (tabela 1). Em face desses acontecimentos, é notório afirmar que os presidentes sul-americanos não podem assumir que terão o exercício de um mandato fixo e determinado. (Hochstetler, 2007, p. 3).

Tabela 1 – Destinos de presidentes da América do Sul, 1978-2003 *

Pais/Presidente	Data do mandato	Minoria parlamentar	Escândalos relacionados	Políticas neoliberais	Fim do mandato
Argentina					
Alfonsín	1983/1989	sim	não	não	Renunciou
Menem	1989/1995	sim	não	sim	Completo
Menem	1995/1999	sim	sim	sim	Completo
De la Rúa	1999/2001	sim	não	sim	Renunciou
Bolívia					
Paz Estenssoro	1985/1989	sim	não	sim	Completo
Paz Zamora	1989/1993	sim	sim	sim	Completo
Sanchez de Lozada	1993/1997	sim	sim	sim	Completo
Sanchez de Lozada	2002/2003	sim	não	sim	Renunciou
Brasil					
Collor	1990/1992	sim	sim	sim	Sofreu <i>impeachment</i> e renunciou
Cardoso	1995/1998	sim	não	sim	Contestado e completo
Cardoso	1999/2002	sim	não	sim	Contestado e completo
Chile					
Aylwin	1990/1994	sim	não	sim	Completo
Frei	1994/2000	sim	não	sim	Completo
Colômbia					
Turbay	1979/1982	não	não	não	Completo
Betancur	1982/1986	sim	não	sim	Completo
Barco	1986/1990	sim	não	não	Completo
Gaviria	1990/1994	não	não	sim	Completo
Samper	1994/1998	não	sim	não	Contestado e completo
Pastrana	1998/2002	sim	sim	sim	Completo
Equador					
Febres Cordero	1984/1988	sim	não	sim	Contestado e completo
Borja	1988/1992	sim	não	sim	Contestado e completo
Duran Ballen	1992/1996	sim	sim	sim	Completo
Bucaram	1996/1997	sim	sim	sim	Forçado a sair e declarado incapaz
Mahud	1998/2000	sim	sim	sim	Golpe civil/militar e abandonou a função
Paraguai					
Rodriguez	1989/1993	não	não	sim	Completo
Wasmosy	1993/1998	sim	sim	sim	Contestado e completo
Cubas	1998/1999	não	sim	sim	Renunciou e enfrentou <i>impeachment</i>
Peru					
Belaúnde	1980/1985	não	não	sim	Completo
García Pérez	1985/1990	não	sim	não	Completo
Fujimori	1990/1995	sim	não	sim	Sofreu <i>impeachment</i> e completo
Fujimori	1995/2000	não	não	sim	Completo
Fujimori	2000/2000	sim	sim	sim	Renunciou e foi declarado incapaz
Uruguai					
Sanguinetti	1985/1990	sim	não	não	Completo
Lacalle	1990/1995	sim	não	sim	Completo
Sanguinetti	1995/2000	sim	não	sim	Completo
Venezuela					
Herrera Campíns	1979/1984	sim	não	não	Completo
Lusinchi	1984/1989	não	não	não	Completo
Pérez	1989/1993	sim	sim	sim	Sofreu <i>impeachment</i> e abandonou a função
Caldera	1994/1999	sim	não	sim	Completo
Chávez	1999/2000	sim	não	não	Completo

*A lista não inclui presidentes cujos mandatos terminaram prematuramente devido a razões de saúde ou morte nem presidentes que não tinham encerrado suas gestões em 2003. Na seção "Por que os presidentes são contestados" explica-se a codificação dos casos.

Fonte: (Hochstetler, 2007, p. 3)

A Tabela 2 mostra os tipos possíveis de resultados quando da ocorrência das crises presidenciais. O primeiro valor que chama a atenção é o alto percentual acumulado dos eventos que não resultaram na estabilização das crises presidenciais, de aproximadamente 57,5%. Isso quer dizer que no caso da instauração de um cenário de crise presidencial, mais

da metade das soluções possíveis implicaria de algum modo em um dano considerável à estabilidade política dos países, além da violação da escolha soberana dos eleitores via sufrágio, tanto para os presidentes como para os membros do legislativo. De todas as saídas possíveis para uma crise presidencial, a remoção dos mandatários, objeto de estudo do presente trabalho, representou aproximadamente um terço dos eventos. Felizmente, as soluções que violaram a legalidade dos processos democráticos foram minoritárias. O autogolpe de Fujimori em 1992 foi o único a acontecer no período. Outro tipo de resolução que pode ser considerada de caráter negativo para a democracia na região é o golpe legislativo, que ocorreu três vezes: na Guatemala, em 1993, no Equador, em 2000, em Honduras, em 2009.

Já o terceiro modelo de resolução de crises, com aproximadamente 12,5%, foi a dissolução legal do Congresso, com quatro episódios. No entanto, os dois principais tipos de resolução foram a remoção do presidente, com 11 eventos, representando 33,3% dos casos, e a instabilização da crise, com 14 ocorrências, significando 43,8% de todos os acontecimentos. Esses resultados mostram o novo padrão para a resolução de crises presidenciais inscrito no período – a remoção dos mandatários como a estratégia mais utilizada. À exceção da remoção de Abdalá Bucaram no Equador, em 1997, e Fernando Lugo, em 2012, todos os outros casos consistiram em eventos onde o devido processo legal foi respeitado.

Outro ponto a ser ressaltado consiste no relevante número de estabilizações das crises presidenciais, proporcionando aos presidentes a permanência em seus cargos. O elevado percentual de 43,8% dos eventos de estabilização mostra que apesar da grande instabilidade presidencial do período, muitas vezes as forças políticas conseguiram resolver as crises dentro dos marcos constitucionais, permitindo o retorno do consenso e a vitória da negociação política.

Tabela 2: Resultados das crises presidenciais de 1990 a 2012 em relação à separação de poderes e a permanência da democracia.

	Golpe Legislativo	Autogolpe	Remoção do Presidente	Dissolução do Congresso	Estabilização	Total
	Guatemala/1993 Equador/2000 Honduras/2009	Peru/2000	Brasil/1992 Venezuela/1993 Equador/1997 Paraguai/1999 Peru/2000 Argentina/2001 Bolívia/2003 Bolívia/2005 Equador/2005 Paraguai/2012 Brasil/2016	Colômbia/1992 Guatemala/1994 Venezuela/1999 Equador/2007	Bolívia/1990 Equador/1990 Peru/1991 Nicarágua/1992 República Dominicana/1994 Colômbia/1996 Paraguai/2001 Paraguai/2002 Equador/2004 Nicarágua/2004 Peru/2005 Bolívia/2006 Equador/2010	
Total	3	1	11	4	14	33
%	9,12	3,12	33,33	12,1	42,42	100
% acumulada	9	12,1	45,4	57,5	100	

Fonte: Elaboração própria do autor

Na tabela 3 inicialmente nota-se a predominância da permanência da democracia na região: apenas quatro crises presidenciais tiveram como resultado sua interrupção. Dentre essas, três representaram a remoção dos presidentes: Serrano na Guatemala, em 1993, Mahuad no Equador, em 2000, e Zelaya em Honduras, em 2009; enquanto apenas uma significou o fechamento do Congresso: o autogolpe de Fujimori no Peru, em 1992.

Já nas situações em que a democracia foi preservada, o principal resultado das crises presidenciais no período analisado foi o “empate” entre Legislativo e Executivo, com a permanência dos titulares de ambos os poderes em seus cargos, incidindo no retorno da estabilidade aos respectivos países. No entanto, nas ocasiões em que apenas um dos ramos poderia sair vencedor, o vitorioso geralmente foi o parlamento.

Os resultados mostram dez casos de remoção de presidentes contra apenas quatro de fechamento legal do Congresso. O hiperpresidencialismo latino-americano ao mesmo tempo em que delega poderes extraordinários aos mandatários - que ao longo da década de 1990 possuíam mais poderes que o legislativo – também cobra resultados efetivos na direção do bem-estar da população. Se as promessas de campanha não forem cumpridas, em um contexto de piora nos indicadores sociais e econômicos, o Congresso tende a levar a melhor na “queda de braço” contra o Chefe do Executivo, precipitando sua saída do poder.

Tabela 3: Resultados das crises presidenciais de 1990 a 2012 em relação à separação de poderes e a permanência da democracia.

Não Quebra			Quebra	
Remoção do presidente	Fechamento do Congresso	Empate	Remoção do Presidente	Fechamento do Congresso
Brasil/1992 Venezuela/1993 Equador/1997 Paraguai/1999 Peru/2000 Argentina/2001 Bolívia/2003 Bolívia/2005 Equador/2005 Paraguai/2012 Brasil/2016	Colômbia/1992 Guatemala/1994 Venezuela/1999 Equador/2007	Bolívia/1990 Equador/1990 Peru/1991 Nicarágua/1992 República Dominicana/1994 Colômbia/1996 Paraguai/2001 Paraguai/2002 Equador/2004 Nicarágua/2004 Peru/2005 Bolívia/2006 Equador/2010	Guatemala/1993 Equador/2000 Honduras/2009	Peru/1992

Fonte: Elaboração própria do autor

5. Possíveis Causas das Interrupções dos Governos

A literatura sobre interrupções de presidências identifica algumas das causas relacionadas à conduta e desempenho individual: envolvimento em escândalos de tráfico de influência, corrupção, etc.; déficit de governança; estilo autoritário; nulidade ou déficit de liderança; e incapacidade física e mental. A literatura aponta, ainda, que deve ser levada em conta a conduta desestabilizadora do vice-presidente (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 224). Em diversos casos, os Congressos eventualmente optavam por processos de afastamento que não exigiam votações das maiorias pelo impeachment, afastando presidentes por abandono de cargo (1993 – Venezuela, 2000 – Equador), por incapacidade mental (1997 – Equador) e incapacidade moral (2000 – Peru). A utilização desses tipos de procedimento pode parecer muito distante do impeachment, que, freqüentemente, é concebido como uma espécie de processo de afastamento legal não-partidário em vista de algum comportamento inadequado do presidente. Pelo contrário: o impeachment sempre tem sido "fundamentalmente um processo político do início ao fim" (Baumgartner, 2003, p. 5), tornando as distinções entre esses tipos de afastamento menos importantes. A tradução espanhola mais comum de impeachment, juicio político, torna claro o duplo sentido da palavra. Literalmente julgamento político, juicio político pode indicar tanto a instrução com base constitucional em que um poder constitucional, o Legislativo, deve julgar o caso extraordinário do afastamento legal de uma figura política, quanto os julgamentos que têm motivação política.

Ambos os significados são relevantes para os recentes desafios dos legislativos aos presidentes na América do Sul. O processo de impeachment brasileiro que culminou com a renúncia do presidente Collor em 1992 é o melhor exemplo de um processo constitucional pleno. O afastamento do presidente Pérez, da Venezuela, ilustra ambos os sentidos: enquanto ele foi devidamente impedido e afastado do cargo pela utilização escusa que fez de um fundo do tipo "caixa 2" de US\$ 17 milhões, esta foi simplesmente a última das cinco tentativas feitas por um Congresso politicamente hostil no sentido de afastá-lo, num período de dezoito meses. Além disso, depois que Pérez deixou o governo para aguardar julgamento, o Congresso afastou-o permanentemente antes do início do julgamento, com base na tese constitucional questionável de abandono do cargo. Avaliar a incidência global de corrupção e de escândalos dos presidentes da região é tão desafiador para quem o analisa quanto para os cidadãos latino-americanos. As acusações são quase que permanentes, e uma ação judicial contra o presidente não é nem necessária nem suficiente para provar maus procedimentos.

Questões econômicas também são causas relevantes de impedimentos presidenciais. Em 9 dos 14 casos de impedimento na América Latina no período 1978-2003 podemos identificar causas econômicas. As questões econômicas são: desestabilização macroeconômica (recessão e inflação); medidas de austeridade (por exemplo, programas de ajuste do FMI); políticas impopulares; adoção de políticas neoliberais; grandes mudanças da política econômica; e má gestão econômica. Contudo, apenas duas das coalizões desafiadoras baseadas nos protestos de rua (1998-1999 – Paraguai e 2000 – Peru) efetivamente não protestavam contra as políticas econômicas dos presidentes, com o padrão característico de meses de protestos antieconômicos subitamente explodindo numa insistência no afastamento do presidente. Assim, sete meses de protestos contínuos contra a política econômica de De la Rúa na Argentina transformaram-se em clamores para que ele se afastasse, que duraram apenas duas semanas antes de sua renúncia. Dez presidentes, que adotaram políticas neoliberais, foram alvo de contestações baseadas em protestos de rua, enquanto apenas um presidente não neoliberal (Alfonsín, na Argentina, em 1989) enfrentou protestos de rua.

Dos 31 presidentes neoliberais, 14 foram contestados (45%) e 8 caíram (26%). Esses números são mais elevados do que os 33% dos presidentes voltados para a segurança (3 de 9) que foram contestados, e do que os 11% (1) que foram afastados, mas muitos presidentes sobreviveram a esse fator de risco. Para completar o quadro, ocorreram também protestos contra o presidente no único país da região que mais claramente rompeu com o liberalismo, a Venezuela.

A crise social também é determinante relevante. Essa crise manifesta-se por meio de protestos populares, greve geral e cobertura da mídia aos escândalos. A evidência é que nos casos em que houve forte cobertura da mídia nos casos de escândalos envolvendo o presidente e “onde protestos populares contra o presidente foram capazes de integrar múltiplos setores sociais, o presidente foi facilmente destituído.” (Pérez-Liñán, 2007, p. 11).

As causas políticas têm diferentes manifestações: medidas geradoras de conflito; pressão ou papel ativo dos militares; radicalização e confrontação política; ocorrência de impasses; ruptura da coalizão governamental; interesses em disputas políticas; grupos políticos com expectativas de sucesso na destituição do presidente; disputas internas na administração; proporção pequena de votos obtidos no 1º turno das eleições; e ausência de maioria parlamentar estável. Nos legislativos, as interrupções presidenciais dirigiam-se, em

grande parte, a presidentes com minoria no Congresso, com 14 contestações a presidentes com minoria e 2 com maioria. Os líderes da oposição estavam ansiosos para fazer acusações de corrupção contra presidentes que estivessem pessoalmente implicados, como já foi discutido. Na ausência desses relatórios, eles geralmente recorriam a algum tipo de alegação acerca de comportamento presidencial inconstitucional com relação ao Congresso ou outras instituições governamentais (Equador – 1987, 1992; Peru – 1991-1992; Paraguai – 1998-1999). Muitas dessas contestações a presidentes com minoria tinham motivações claramente políticas.

De modo geral, os presidentes cujos partidos tinham minoria no Congresso apresentavam uma tendência maior tanto para serem contestados por atores civis quanto para caírem. Essa relação mantém-se, mesmo se considerarmos o número muito maior de presidentes da região com minoria no Congresso. Dos 31 presidentes nessas condições de que se tratou neste estudo, 14 (45%) deles foram contestados e 8 (26%) caíram. Nos casos mais raros de 9 presidentes com maioria no Congresso, 2 (22%) foram contestados e apenas 1 (11%) caiu. O presidente Cubas, afastado no Paraguai, foi o único presidente contestado pelos legisladores de seu próprio partido desde o início, mas o partido Colorado é tão dominante naquele país que a política freqüentemente coloca o partido contra si próprio (Lambert, 2000). A outra contestação foi a de Samper, na Colômbia, em 1995-1996, em que o controle da maioria no Congresso por seu partido, e especialmente da comissão parlamentar de inquérito, foi crucial para sua permanência no cargo (Dugas, 2001, pp. 157-174; Kada, 2003, pp. 29-54). Além disso, 3 ex-presidentes, que foram eventualmente julgados por crimes cometidos durante seus mandatos na presidência – García e Fujimori, no Peru, e Lusinchi, na Venezuela –, podem ter conseguido evitar acusações formais enquanto estavam no cargo, já que detinham maioria no Congresso. Essas experiências sugerem que a contestação e a queda de presidentes estão relacionadas ao fato de terem maiorias legislativas, oferecendo argumentos de apoio à interseção problemática e instável entre sistemas presidenciais e multipartidários (Mainwaring, 1993). No entanto, esse não é o único fator, já que alguns presidentes com maioria no Congresso foram contestados, e outros, com minoria, não o foram. Os únicos dois países que não tiveram seus presidentes contestados, o Uruguai e o Chile, também não tinham presidentes com maioria no Congresso.

A literatura destaca, por fim, as fragilidades e os desequilíbrios institucionais: desequilíbrio de poder entre executivo e legislativo; legitimidade institucional; ativismo do legislativo; fragmentação do sistema partidário; nível de democracia; e legado democrático.

Segundo Hotchestetler, as políticas neoliberais, a corrupção pessoal e o não dispor de maioria no Congresso representam fatores de risco para os presidentes sul-americanos que desejem completar seus mandatos no cargo. A Tabela 3 resume a predição de probabilidade do modelo de regressão logística para as variáveis dependentes, para contestação e queda presidencial – as quais foram calculadas mediante o uso de Clarify35. A Tabela 3 apresenta, primeiro, a predição das chances das variáveis dependentes, calculadas introduzindo variações na variável examinada de zero a um, mantendo constantes as outras variáveis independentes no seu valor mais freqüente ou modal. (Hochstetler, 2007)

Tabela 3 – Estimação de probabilidades de contestação e queda

	Contestação	Queda
Probabilidades do caso modal	38,6	16,5
Diferenças nas probabilidades de contestação variando:		
Políticas neoliberais	-11,3	-1,0
Escândalos	24,4	31,9
Minoria no congresso	-15,7	-5,0

Fonte: Hochstetler, 2007, p. 5

O presidente modal da região durante os anos contemplados foi um presidente de minoria, que implementou políticas econômicas neoliberais, e não implicado pessoalmente em escândalos. Na estimação de probabilidades, esse presidente enfrentou 38,6% de probabilidade de ser contestado e 16,5% de cair. Presidentes com maioria no Legislativo ou que não seguiram políticas neoliberais poderiam contar com uma pequena redução no risco de serem contestados. Por outro lado, a probabilidade de enfrentar contestações saltou para 63% (38,6 mais 24,4), no caso de presidentes pessoalmente envolvidos em escândalos. Escândalos também incrementaram consideravelmente a probabilidade de queda presidencial prematura, saltando para até 48,4%(16,5 mais 31,9). As outras variáveis independentes não registram efeitos consideráveis nas probabilidades estimadas de queda presidencial (Hochstetler, 2007).

6. Conclusões

A partir da identificação do fenômeno da interrupção presidencial, examinando um conjunto de contestações a presidentes da América Latina, de 1990 a 2016, de modo empírico, pode-se concluir que os presidentes contestados compartilham um conjunto de fatores de risco probabilísticos: políticas neoliberais, implicação pessoal em escândalos e posição minoritária no Congresso. Ao mesmo tempo, a dinâmica das recentes contestações aos presidentes e seus resultados parece estar vinculada ao fenômeno complicado do protesto popular de rua. A conclusão apresenta breves observações sobre cada uma das categorias de participantes – presidentes, legisladores e povo –, na medida em que apareceram na recente política sul-americana. Seus padrões de interação exigem nova atenção ao presidencialismo e a suas possíveis diferenças nas diversas regiões do mundo.

Num regime presidencial, os presidentes inevitavelmente estão à parte e acima de outros atores políticos, com seus poderes especiais e fontes especiais de legitimidade (Valenzuela, 2004). Desde 1978, as dimensões e as formas exatas daqueles poderes estiveram na agenda política dos países da América Latina quase que constantemente. A enorme quantidade de tempo e de energia gasta nas contestações a presidentes naqueles anos é ainda mais uma demonstração de como eles são importantes. Ao mesmo tempo, as contestações regulares aos presidentes naqueles anos indicam o quanto são vulneráveis à retirada de sua legitimidade especial. O povo, evidentemente, pode e tem retirado os mandatos que deram aos presidentes para que o governassem, e poucos têm sobrevivido a grandes e violentas manifestações contra eles.

O fenômeno da queda presidencial sugere várias observações quanto ao Legislativo e seus relacionamentos, tanto com os presidentes quanto com o público. Em eventos políticos extremos, como o afastamento do cargo, o Poder Legislativo emerge mais forte na prática do que seria de se esperar em função de sua fraqueza relativa em momentos de política mais normal. O Poder Legislativo participou do afastamento de cinco presidentes, embora eles freqüentemente procurem atalhos constitucionais durante esse processo. Em contrapartida, só o presidente peruano Fujimori conseguiu fechar o Legislativo. As populações também não se voltaram contra os legisladores da mesma forma que derrubaram presidentes. Houve apenas dois casos de protestos em massa contra Congressos: as mobilizações "que se vayan todos" na Argentina, após a queda de De la Rúa, e uma fúria semelhante nas ruas do Equador em 2000, depois que o golpe sociedade civil/militar fracassou. Pode haver algumas diferenças na natureza do mandato dado aos

presidentes, em contraposição ao do Poder Legislativo, talvez ligadas à sua separação de objetivos⁵⁸. Uma hipótese alternativa é que talvez seja simplesmente complicado demais derrubar um grupo de participantes tão diversos quanto aqueles que participam de um Congresso.

Ao afirmar a força inesperada do Poder Legislativo, também podemos denotar que os legisladores podem exercer o seu poder contra os presidentes apenas com aliados da sociedade civil. Parece claro que os políticos e os partidos latino-americanos são cada vez menos capazes de canalizar uma porção significativa de agitação social e de demandas para instituições políticas existentes, uma conclusão que é apoiada por evidências muito diferentes, tanto no que se refere a filiações partidárias quanto no tocante a eleições (Roberts e Wibbels, 1999). Quer sejam a sociedade civil, a sociedade política, ou ambas, as responsáveis por essa ruptura, as representações devem se engajar em nome tanto da qualidade quanto da estabilidade da democracia regional.

Uma pesquisa mais ampla nessa direção poderia focar não apenas protestos populares de rua, mas também outros dados relacionados à população como um todo, tais como a opinião pública, estatísticas de desemprego e presença ou ausência permanentes de participantes de rua que podem efetivamente tanto vetar políticas quanto contestar presidentes.

De modo global, podemos acrescentar outro tipo de evidência para apoiar os argumentos de que, pelo menos na América Latina, o presidencialismo é um sistema político com deficiências e vulnerabilidades específicas. No entanto, não são necessariamente como as identificadas até hoje. Não apenas as duplas legitimidades democráticas dos presidentes e dos legisladores os levam à competição (Linz e Valenzuela, 1994), como a capacidade não-prevista da população de retirar os mandatos de presidentes significa que o povo continua um participante ativo no desenvolvimento das presidências. Pode ser um apoio crucial a qualquer um dos lados nas disputas em andamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, e merece um estudo mais aprofundado como tal. Em segundo lugar, os 40% de presidentes latino-americanos que foram contestados pelos legisladores ou por movimentos populares de protesto, e os 23% que foram forçados a deixar seus cargos prematuramente, confirmam que os mandatos presidenciais não são tão rigorosamente definidos em sua duração quanto sugere a discussão teórica. Essas duas observações apóiam o argumento de que o presidencialismo latino-americano tende ao colapso.

No entanto, a versão de colapso não é a queda para o autoritarismo que a maioria teme. Desajeitadas, violentas, incertas, as contestações aos presidentes latino-americanos após 1978 resultaram em novos governos civis. Schamis credita a sobrevivência da democracia na Argentina a instituições especiais quase-parlamentares (Schamis, 2002), mas todos esses países em que os presidentes caíram produziram resultados semelhantes, com uma variedade de procedimentos. Enquanto os detalhes variam, eles também passaram por um período de "negociações de alto nível", que é típico dos sistemas parlamentares após a realização de uma eleição ou o colapso de um governo, e emergiram com um presidente novo, algum tipo de mandato, e prosseguiram (Schamis, 2002). A expressão parlamentar "moção de desconfiança" é também utilmente evocativa das formas pelas quais o eleitorado pode retirar o mandato que conferiu ao presidente para governá-lo. Dessa forma, a muitas vezes lamentada flexibilidade institucional dos países latino-americanos pode estar produzindo seu próprio tipo híbrido de parlamentarismo e presidencialismo na prática, que tem ajudado a criar a inesperada estabilidade da democracia eleitoral básica na região, mesmo enquanto presidentes caíam individualmente. Esse comportamento híbrido pode também aparecer no processo rotineiro de tomada de decisões (Lamounier, 2003).

Nesse trabalho procurei oferecer contribuições substantivas para o fenômeno das crises políticas e da queda de mandatários, apresentando inicialmente o conjunto dos dados mais recentes sobre o fenômeno da instabilidade presidencial na América Latina. Os dados compilados nessa pesquisa demonstram que a partir de 1990 as crises presidenciais se intensificaram - apenas sete anos não registraram a ocorrência desses eventos (1996, 1999, 2009, 2011, 2013, 2014 e 2015). Se no período autoritário não havia tantas crises políticas, também não havia democracia. Dessa maneira, a maior "estabilidade" das crises políticas no período autoritário é explicado simplesmente porque as mesmas não eram permitidas ou desejadas, muito menos a legítima manifestação dos desejos da população nas ruas exigindo que sua vontade fosse respeitada.

Dentre os tipos possíveis de resolução de crises presidenciais, o que inicialmente chama a atenção é o alto percentual acumulado dos episódios que não resultaram na estabilização das crises presidenciais, de aproximadamente 57,5%. Isso quer dizer que no caso da instauração de um cenário de crise presidencial, mais da metade das soluções possíveis implicaria de algum modo em um dano considerável à estabilidade política dos países. De todas as saídas plausíveis para uma crise presidencial, a remoção

dos mandatários, objeto de estudo do presente trabalho, representou aproximadamente um terço dos eventos totais.

Entretanto, nota-se a permanência da democracia na região: apenas quatro crises presidenciais tiveram como resultado sua interrupção. Essa é a grande diferença em relação ao passado da América Latina, marcado pela alternância de períodos autoritários e democráticos. Nas situações em que a democracia foi preservada, o principal resultado das crises presidenciais foi o “empate” entre Legislativo e Executivo, com a manutenção dos titulares de ambos os poderes em seus cargos, incidindo no retorno da estabilidade aos respectivos países. Contudo, nas ocasiões em que apenas um dos ramos poderia sair vencedor, o vitorioso geralmente foi o parlamento, tendo como principal resultado da queda de braço a destituição dos mandatários.

Certamente, a América Latina é fora do comum quanto ao número de contestações e à extrema flexibilidade de seus mandatos presidenciais, sobretudo se comparada ao caso clássico do presidencialismo dos Estados Unidos e seus permanentes mandatos rígidos. No entanto, a América Latina pode ser um ponto de partida melhor para se entender os fenômenos gerais do presidencialismo e das quedas de presidentes. A transição e a consolidação políticas cruzam-se com as instituições do presidencialismo em modos que, provavelmente, tornam suas experiências mais úteis para a compreensão da dinâmica dos muitos novos sistemas presidenciais da África e da Ásia. Se as motivações mais específicas das contestações se mantiverem, e se os protestos de rua são igualmente decisivos em outros lugares, são questões empíricas em aberto. De qualquer forma, o fenômeno da queda de um presidente parece mais importante para o presidencialismo atual do que uma total ruptura de regime.

A literatura disponível informa que os benefícios dos processos de impedimento superam os custos. Particularmente no que se refere à questão institucional, “as experiências recentes de interrupção de presidências mostram que pode haver ruptura de governos sem que haja ameaça à sobrevivência da democracia. Assim, as democracias latino-americanas parecem ter encontrado uma forma “democrática” de resolver crises políticas: elas têm recorrido à remoção antecipada do poder de presidentes eleitos ao invés da intervenção militar.” (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 227). O impedimento interrompe e reverte o processo de desequilíbrio causado por crises diversas (ética, social, econômica, política e institucional). Com o impedimento inicia-se um processo de reequilíbrio que implica, entre outros fatores, ganhos de desempenho macroeconômico.

As análises sobre impactos das interrupções podem ser divididos em 2 grupos: desequilíbrio e reequilíbrio. O primeiro grupo apresenta argumentos que implicam visão pessimista, desfavorável ou negativa a respeito dos impactos. Por outro lado, o segundo grupo de interpretações realça resultados otimistas, favoráveis ou positivos. O contraste entre essas interpretações é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 Tipologia de consequências de processos de presidências interrompidas	
Desequilíbrio	Reequilíbrio
Instabilidade do governo, aumenta a tensão, desequilíbrio	Estabilidade do regime democrático, mecanismo de resolução rápida e eficaz de crise, reequilíbrio
Instabilidade do regime democrático	Fortalece a democracia <i>de facto</i> , fragiliza o sistema político patrimonialista, nepotista e corrupto
Retrocesso político e institucional, impedimento deve ser usado somente em circunstâncias extremas	Impedimento é um instrumento constitucional usado para combater crimes e infrações do presidente e proteger o sistema republicano e o regime democrático
Crise política e institucional afeta negativamente as expectativas e o grau de confiança e o ambiente econômico	Combate a corrupção, a incompetência e o abuso de poder que geram ineficiência sistêmica
Risco de autogolpes e golpes, erosão da democracia	Consolidação da democracia: sobrevivência, vitalidade, qualidade e estabilidade do regime
Crise institucional e desestabilização do regime democrático	Progresso institucional, maior flexibilização, fortalecimento do regime democrático
Desvalorização da democracia, redução da legitimidade democrática	Aperfeiçoamento da democracia: aprendizado e responsabilização (<i>accountability</i>) vertical (sociedade) e horizontal (Congresso)
Crise institucional, conflito entre poderes e fragilização das instituições (Executivo, Legislativo, etc.)	Processos reequilibradores, fortalecimento das instituições (Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia etc.), responsabilização permanente
Espaço para práticas oportunistas e predatórias, polarização nas relações interinstitucionais	Processo de aprendizado de resolução de crises políticas e institucionais sem intervenção militar
Erosão do sistema presidencialista	Ruptura da síndrome do "presidencialismo imperial", aperfeiçoamento das regras de sucessão, controle sobre presidentes autoritários, governança constitucional aperfeiçoada, responsabilização permanente
Aumenta os "perigos do presidencialismo": maior risco de ruptura do regime democrático em comparação com o sistema parlamentarista	Desenvolve mecanismos de "pesos e contrapesos" (<i>checks and balances</i>), "parlamentarização" do sistema presidencial
Responsabilização horizontal (<i>accountability</i>) intermitente/opportunista	Responsabilização (<i>accountability</i>) horizontal permanente, maior autonomia relativa do Legislativo etc., desenvolvimento institucional
Substitutos de "baixo calibre"	Substitutos "positivos": capazes, habilidosos e conciliadores
Efeito demonstração: recorrência de processos de interrupção de mandato	Efeito de resiliência, vitalidade e flexibilização do regime democrático
Mobilização social, protestos populares e crise social: desestabilizadores	Reação à crise de representação política, empoderamento e vertebramento da sociedade, descompressão, legitimidade popular
Insurreição popular agrava crise institucional e gera crise sistêmica	Legitimidade democrática da política insurrecional, reação ao invertebramento da sociedade civil, resposta à cooptação de organizações da sociedade civil (sindicatos, entidades estudantis, ONGs etc.)
Protestos populares são guiados por forças retrógradas e oportunistas	Mobilização popular como instrumento democrático, responsabilização (<i>accountability</i>) vertical, fortalece a democracia

Fonte: (Gonçalves, Reinaldo, 2016, p. 14)

Nenhum processo de impeachment tem uma explicação única. Explicações simplistas (e politicamente convenientes) atribuindo o impedimento ao arbítrio de alguns parlamentares ou a casos de corrupção não passam pelo crivo empírico ou de narrativas construídas por militâncias. O impedimento é um processo trabalhoso e demorado, que envolve potencialmente muito desgaste político. Por essa razão, é também simplista

comparar o processo atual a um exercício parlamentarista. É preciso uma combinação explosiva de fatores para afastar um presidente eleito; certamente, não basta uma “moção de desconfiança”.

A literatura sobre interrupção de presidências é menos encorpada quando se trata das consequências desse fenômeno. Há uma menor quantidade de estudos que têm foco na análise qualitativa do impacto sobre: presidencialismo; estabilidade política; responsabilização; democracia; governança; mudanças de políticas; e reformas (Llanos e Marsteintredet, 2010, p. 223-227). Para ilustrar, estudo empírico conclui: “não encontramos evidência de uma ruptura sistemática da legitimidade, nenhum desarranjo da governança, e nenhuma evidência da erosão do presidencialismo.” (Hochstetler e Samuels, 2009, p. 23). Essa é claramente uma conclusão favorável às interrupções de presidência na América Latina.

7. Referências Bibliográficas

BAUMGARTNER, J. C. 2003. "Introduction: comparative presidential impeachment". In: BAUMGARTNER, J. C.; KADA, N. (orgs.). *Checking Executive power: presidential impeachment in comparative perspective*. Westport, CT: Praeger.

DUGAS, John C. 2001. "Drugs, lies and audiotape: the samper crisis in Colombia (Review Essay)". *Latin American Research Review*, nº 36, pp. 157-174.

GONÇALVES, Reinaldo. Interrupção de presidências, reequilíbrio e bônus macroeconômico. Texto para Discussão 003/16, Instituto de Economia, UFRJ, p. 4-24, 2016

HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott. *The Third Wave of Democratization in Latin America. Advances and Setbacks*. Cambridge University Press, 2005

HOCHSTETLER, Kathryn. Rethinking presidentialism. *Comparative Politics*, Vol. 38, No. 4, p. 401-418, 2006.

HOCHSTETLER, Kathryn; SAMUELS, David. Crisis and rapid re-equilibration: the consequences of presidential challenge and failure in Latin America. *American Political Science Association Annual Meeting*, Toronto, 2009.

KADA, N. 2003. "The role of investigative committees in the presidential impeachment processes in Brazil and Colombia". *Legislative Studies Quarterly*, nº 28, fevereiro, pp. 29-54.

KIM, Young Hun. Impeachment and presidential politics in new democracies. *Democratization*, Vol. 21, No. 3, p. 519-553, 2014.

KIM, Young Hun; BAHRY, Donna. Interrupted presidencies in third wave democracies. *The Journal of Politics*, Vol. 70, No. 3, p. 807-822, 2008.

LAMBERT, P. 2000. "A decade of electoral democracy: continuity, change and crisis in Paraguay". *Bulletin of Latin American Research*, nº 19, pp. 392, julho.

LAMOUNIER, B. 2003. "Brazil: an assessment of the Cardoso administration". In: DOMÍNGUEZ, J. I.; SHIFTER, M. (orgs.) Constructing democratic governance in Latin America 2ª ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp. 269-291.

Llanos, Mariana; Marsteintredet, Leiv (Orgs.). Presidential Breakdowns in Latin America. Nova York: Palgrave-Macmillan, 2010.

LINZ, J. J. 1994. "Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference?". In: LINZ, J.; VALENZUELA, A. (orgs.) The failure of presidential democracy. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press. VALENZUELA, A. (orgs.) 1994. The failure of presidential democracy Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.

MAINWARING, S. 1993. "Presidentialism, multipartism, and democracy: the difficult combination". Comparative Political Studies, nº 26, pp. 198-228.

MERCADO POPULAR, Quais as causas de tantos impeachments na América Latina? Disponível em: <http://mercadopopular.org/2016/09/o-que-causam-impeachment/> Acesso em: 10 de abril de 2017

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America. Cambridge University Press, 2007.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; POLGA-HECIMOVICH, John. Political elites, democratic breakdown, and presidential instability in Latin America. Seminario de Investigación, Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, Mayo 2013.

ROBERTS, K. M.; WIBBELS, E. 1999. "Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional and structural explanations". American Political Science Review, nº 93, setembro, pp. 575-590.

SARTORI, G. 1994. Comparative constitutional engineering. 2ª ed. New York: New York University Press.

SCHAMIS, H. E. 2002. Argentina: crisis and democratic consolidation". Journal of Democracy, nº 13, abril, pp. 81-94.

VALENZUELA, Arturo. Latin American presidencies Interrupted. *Journal of Democracy*, Vol. 15, No. 4, p. 5-19, 2004.